

O feminismo anticapitalista de Nancy Fraser

The anticapitalist feminism of Nancy Fraser

DORALICE DE LIMA BARRETO¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar o pensamento de Nancy Fraser e dar enfoque à sua contribuição na crítica ao capitalismo, a qual combina marxismo, feminismo e teoria da justiça. Se trata de uma primeira aproximação ao pensamento filosófico e feminista da autora, no qual será dada ênfase na influência de Marx na construção de sua teoria. Para a realização deste trabalho são utilizados textos de Fraser, sobretudo o artigo Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça para uma era pós-socialista. Fraser vai para além da crítica marxista do capitalismo, buscando ampliá-la ao trazer as questões do plano simbólico que fazem parte desse sistema. Dessa forma, será possível perceber que sua tese central é abarcar as lutas e reivindicações de reconhecimento que emergem no contexto pós Guerra. Elas são tão importantes quanto à luta por distribuição material.

Palavras-chave: Justiça. Feminismo. Marxismo. Anticapitalismo.

Abstract: This paper aims to present Nancy Fraser's thought and to focus on her contribution to the critique of capitalism, which combines Marxism, feminism, and justice theory. This is a first approach to the philosophical and feminist thought of the author, in which the influence of Marx in the construction of her theory will be emphasized. To carry out this work, Fraser's texts are used, especially the article from redistribution to recognition? Dilemmas of justice for a post-socialist era. Fraser goes beyond the Marxist critique of capitalism, seeking to broaden it by bringing in the issues of the symbolic plane that are part of this system. Thus, it will be possible to see that her central thesis is to embrace the struggles and claims for recognition that emerge in the post-war context. They are as important as the struggle for material distribution.

Keywords: Justice. Feminism. Marxism. Anticapitalism.

Introdução

O presente artigo trata de uma primeira aproximação e primeiras impressões a respeito do pensamento de Nancy Fraser. Nos últimos anos, o pensamento dessa filósofa tem ganhado notoriedade e se tornado grande expoente da teoria crítica e do pensamento feminista. Seus trabalhos anteriores estavam vinculados a outros autores com os quais sempre esteve em diálogo, como Jürgen Habermas, Iris

¹ Possui Graduação Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Possui especialização em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Cidade Verde. Possui Mestrado em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Estadual de Maringá com bolsa CAPES no período de 12 meses. É doutoranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: dora_acp@hotmail.com

Young, Seyla Benhabib, Richard Rorty, Michel Foucault, Judith Butler, Axel Honneth e Rahel Jaeggi.

Neste artigo, será dado destaque ao que a filósofa postula no seio da teoria crítica, partindo do marxismo para criticar o capitalismo. Sua crítica ao capitalismo é ampliada pelo seu pensamento feminista na busca de construir alternativas a esse sistema. Fraser procura fazer ponte entre a teoria crítica, trazendo o feminismo e a teoria da justiça para dialogarem em conjunto e, assim, abarcar as questões de injustiças que ocorrem tanto do ponto de vista da distribuição material, quanto no plano simbólico, e que acarretam na exclusão social, ou seja, a luta pelo reconhecimento visando as lutas das mulheres, dos movimentos negros e de orientações sexuais. Esses problemas são, segundo Fraser, sistêmicos, portanto, parte desse sistema econômico vigente. Por se tratar de um primeiro contato com o pensamento da autora feminista, serão tomados como referência alguns de seus textos e entrevistas.

Serão apresentados dois pontos importantes ao longo do texto: o primeiro item será a relação de seu pensamento com Marx, que constitui o ponto de partida da crítica ao capitalismo apontada pela filósofa. Se o ponto de partida é Marx, será possível perceber que Fraser vai além das críticas marxianas ao descortinar a mútua relação do plano econômico com outras esferas sociais que tornam questões de gênero e raça, por exemplo, problemas que não são apartados das questões de classe, e sim sistêmicos. Nesse sentido, a crítica ao capitalismo vai além das questões materiais propriamente ditas, e desemboca nos problemas de reconhecimento.

No segundo item, serão explicitadas as injustiças de redistribuição e reconhecimento, no intuito de demonstrar a visão analítica a respeito dos grupos que buscam por justiça: um grupo que busca justiça do ponto de vista cultural, e outro que luta pela justiça do ponto de vista material. Sua contribuição analítica busca apresentar nova tarefa para os intelectuais a respeito da teoria crítica. Uma justiça bivalente que combine tanto as questões de reconhecimento quanto de redistribuição.

É perceptível na crítica da filósofa feminista, tanto a ampliação das análises políticas e econômicas quanto também certa depuração das lutas no campo

cultural. Essas lutas que são entendidas como lutas fronteiriças e que Nancy Fraser recoloca em discussão para melhor sanar os problemas sociais.

A influência de Marx na crítica ao capitalismo

A crítica ao capitalismo de Fraser pode ser vista em sua especificidade: ela tenta renovar a crítica ao capitalismo com contribuições advindas do feminismo, e também com contribuições vindas da teoria da justiça. O capitalismo é entendido como ordem social institucionalizada, para além do modo de produção econômica. É uma ordem social que encontra estabilidade política nas instituições. Ela compreende o capitalismo como elemento central da esfera social, mas sua crítica não se limita a focar o estudo do funcionamento da economia e suas crises, e nem a focar apenas as lutas do campo econômico. Essa ordem social age de modo a estabelecer alguns tipos de relações específicas entre a esfera social da economia e outras esferas sociais igualmente importantes, e são essas relações que possibilitam a reprodução desse sistema como um todo.

Numa entrevista concedida em 2017, ao ser questionada sobre a crise atual do capitalismo e seus desdobramentos, Fraser declara que, desde as experiências de 2007 e 2008, as questões não estavam sendo abordadas, em sua totalidade, pela teoria crítica. Havia, segundo ela, um direcionamento mais acadêmico. Nesse sentido, estavam deixando de realizar uma importante tarefa como fez Marx e tantos outros pensadores da década de 1970. Cito:

Há pessoas especializadas em direito constitucional, ou na teoria dos direitos humanos, ou na teoria normativa independente, mas muito poucas pessoas estavam realmente tentando fazer o que Marx fez em seu tempo, ou o que Habermas tentou fazer na década de 1970, ou até mesmo os teóricos críticos mais antigos tentaram fazer em seu tempo, e isso é entender realmente a sociedade como uma totalidade, compreendendo todos os problemas que acompanham essa aspiração, tentando fazer isso, tentando entender o que é construído, as tendências inerentes à crise, voltando à noção de que uma crise é a expressão de verdadeiras contradições e tensões estruturais dentro de uma ordem social, que não é acidental, que essas coisas estão realmente, em certo sentido, objetivamente lá, e por longos períodos são geridas, massageadas e continuam

acontecendo, mas que há momentos em que realmente elas entram em erupção (FRASER, 2017, p. 8)

Fraser tenta buscar as origens dos problemas sociais, e Marx se torna, nesse sentido, sua principal referência. O que ela observa é que os novos teóricos não estariam interessados na análise do capitalismo atual. Estes estariam mais preocupados com as dinâmicas das relações humanas e sociais sem passar pela raiz dos problemas. Por outro lado, os teóricos marxistas mais tradicionais insistiriam em fazer análises de forma não mais adequada para as questões postas na atualidade. O que significa que olhar puramente o campo econômico, ainda que seja basilar, não é o único caminho. Há que olhar para os efeitos e consequências da superestrutura, e o que delas estavam compondo, de certo modo, a estrutura social como “primeiro plano”. Fraser se propõe, então, a iniciar esse trabalho, que é:

[...] tentar desenvolver uma crítica sobre a crise, um modelo de crise para o presente, que tratasse dos elementos que os marxistas estavam olhando, a economia financeira, como um, abre aspas fecha aspas, “primeiro plano”, e então, olhasse para a forma como este primeiro plano dependia de um conjunto de condições que o próprio primeiro plano de acumulação econômica estava ao mesmo tempo desestabilizando (FRASER, 2017, p. 9).

Fraser se reivindica uma filósofa marxista, porque compreende que o capitalismo se configura e se reconfigura para possibilitar sua estabilidade e permanência como ordem social, tal qual já descrita por Marx. O que se pode destacar é a esfera da reprodução social e do cuidado, os quais são essenciais para a existência dessa ordem capitalista. A esfera da política democrática fornece condições indispensáveis para a vigência dessa economia. A natureza também é recurso imprescindível para o capitalismo, tanto quanto fonte de insumos para serem utilizados, como para servir de recipiente dos seus rejeitos.

Fraser, ainda para além de Marx, amplia a análise crítica das determinações sociais, trazendo essas esferas que não são de fato econômicas e não são parte da reprodução material da sociedade. No entanto, tais problemáticas são pano de fundo da sociedade capitalista centrada na economia. Ela busca desenvolver sua teoria em três versões: uma que abarque a questão da esfera da reprodução, outra

da dimensão política, e outra, ainda, enfatizando a questão ecológica. Sobre as duas primeiras versões, ela declara:

Uma versão de reprodução social, em que gênero é especialmente importante e em que tento olhar para as formas em que a produção econômica se beneficia livremente das atividades sociais reprodutivas e, na forma atual do capitalismo, está também comendo-as e espremendo-as e tornando a reprodução social um importante local e foco de crise, sobre e acima da crise tradicional. Procuo fazer a mesma coisa para a dimensão política, isto é, mostrar que a construção capitalista de uma economia aqui e de uma política lá e a divisão entre poder econômico e poder político também faz com que a economia se beneficie livremente do poder público. O capitalismo financeirizado está ingerindo e esvaziando as próprias capacidades públicas das quais ele precisa. Isso me confere uma maneira de olhar para a dimensão política da crise, a chamada crise da democracia (FRASER, 2017, p. 9).

Ao dar esse enfoque feminista, ela pensa a esfera da reprodução social, a qual é necessária para a estruturação da sociedade capitalista. O gênero e as implicações não materiais e simbólicas são estruturais no capitalismo. Fraser concorda com Marx sobre uma análise crítica do capitalismo, visto que uma análise sobre esse sistema econômico é também uma análise do que há de errado nele, e isso envolve a dissecação e exposição de suas contradições internas e suas crises. Ela concorda que não há como fazer uma crítica da esfera da troca, mas ir para a esfera da produção e do trabalho, ou seja, mostrar como é produzida a riqueza social no capitalismo: na forma de divisão de classes. Uma classe explora outra.

Todavia, é necessário descortinar que a produção da riqueza social tem algumas precondições, questões que Marx não analisou e não expôs diretamente. A sua tarefa é continuar na esteira da teoria marxista, na qual, primeiro, Marx revela que, ao tratar da esfera da troca de mercadoria, há uma outra esfera oculta, que é o modo de produção onde se revela a exploração do trabalho e sobre toda a humanidade.

Mesmo com as ressalvas e ampliações na crítica ao capitalismo que vão para além das contribuições marxianas, o pensamento de Fraser continua em consonância com marxismo, pois, Marx e Engels compreendiam que a questão

econômica, por mais que explicitasse as determinações sociais, não era a única categoria relevante a explicar as questões que emergem da superestrutura. Interpretar o pensamento desses autores dessa forma rígida é cair num marxismo mecanicista, como aponta Lukács ao citar Engels: “Não se trata de que a situação econômica seja a causa, o único elemento ativo, e que o resto sejam efeitos puramente passivos. Há um jogo de ações e reações à base da necessidade econômica, que, em última instância, termina sempre por impor-se” (ENGELS apud LUKÁCS, 2010, p. 14).

Outro ponto que vale a pena mencionar é que, mesmo que se possa constatar certos limites da análise marxiana da sociedade burguesa, é interessante apresentar como o problema da opressão das mulheres não foi de longe uma questão totalmente ignorada por Marx e Engels. A tradição do socialismo científico não deixou de mencionar, ainda que não de forma resoluta e bem estruturada em sua teoria, os problemas das mulheres dentro da sociedade burguesa.

Ainda que não seja a intenção no presente artigo de pormenorizar tais questões, no limite da discussão aqui realizada, pode-se enfatizar algumas pistas sobre a abordagem marxiana sublinhando os problemas das mulheres, tanto na exploração do trabalho e das crianças na fábrica, quanto na situação da mulher dentro da vida familiar. Pode-se observar o texto Sobre o suicídio, formado de compilados de anotações de Marx a respeito de casos de suicídio. O qual, segundo o filósofo, é classificado com um dos males da sociedade burguesa moderna e que não terá cura sem o estabelecimento de uma nova ordem econômica e social. Nele, a opressão sofrida pelas mulheres toma lugar central para Marx nesse texto. Ao que Michael Löwy declara:

Esse texto de Marx é uma das mais poderosas peças de acusação à opressão contra as mulheres já publicadas. Três dos quatro casos de suicídio mencionados nos excertos se referem a mulheres vítimas do patriarcado ou nas palavras de Marx, da tirania familiar, uma forma de poder arbitrários que não foi derrubada pela Revolução Francesa. Entre elas, duas mulheres são burguesas, e a outra, de origem popular, filha de um alfaiate. Mas o destino delas fora selado mais

pelo seu gênero do que por sua classe social (LÖWY, 2006, p. 18)

No capítulo 13 de *O Capital*, por exemplo, Marx descortina o que significou a introdução da máquina nas fábricas. Se, por um lado, há o que exaltar do desenvolvimento técnico, por outro, os problemas estariam longe de serem revolvidos. Entre eles, a exploração das mulheres e do trabalho infantil.

Com a introdução das máquinas na linha de produção, é perceptível que a força física já não conta como aspecto importante para o trabalho nas fábricas. Assim, o dono da produção investe em mão de obra mais barata do que o trabalhador, mulheres e crianças. O que ocorre agora é que não só o operário vai para o trabalho, mas a família toda. Antes que isso seja um aumento na renda familiar, o que Marx desvenda é a desvalorização da força de trabalho do operário.

Outra alteração consequente da maquinaria é a relação entre o trabalhador e o capitalista. Antes, este vendia sua força de trabalho para o capitalista, que, como pressupõe os hábitos mercantis, comprova a força de trabalho do operário. Mas a mudança foi justamente a mercadoria, que passa a ser a esposa e também os filhos. “O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos” (MARX, 1996, p. 29). Deste precedente, novos se abrem quando se trata do trabalho infantil.

Dentre a grande devastação moral e física que ocorre neste cenário, o autor destaca a terrível mortalidade infantil, um verdadeiro infanticídio:

Só nos deteremos aqui num ponto, a monstruosa mortalidade de filhos de trabalhadores em seus primeiros anos de vida [...]. circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes — entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. — além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e conseqüentemente esfomeação e envenenamento propositais (MARX, 1996, p. 31)

Outra situação que torna crítica a vida das trabalhadoras e seus rebentos é o uso do ópio. Em decorrência a tanta perversidade do capitalismo voraz, surge a

chamada “lei fabril”, na tentativa de humanizar, em parte, a situação dos pequenos trabalhadores, mas essa não melhora devido às terríveis condições.

Para além da exploração na fábrica e outros campos de trabalho, onde homens e mulheres estão sujeitos ao subemprego, faz-se necessário revelar o que está por trás da esfera econômica. Essa é uma tarefa que Fraser busca fazer, há outras esferas sociais importantes para a manutenção da produção social capitalista. Uma delas é a esfera da reprodução social, a qual compreende uma série de atividades cotidianas para a produção de tudo, inclusive do próprio trabalhador.

A educação das crianças e o cuidado que elas demandam fazem parte de uma série de atividades cotidianas que têm como função a formação de seres sociais dotados de corpos culturais, mergulhados em determinadas culturas que reproduzem determinados valores. O trabalhador é fruto de toda uma atividade complexa de criação de reposição de energia física, que, além da força, requer tempo ininterrupto de trabalho.

Nesse sentido, ela apenas radicaliza o marxismo, porque antes o marxismo era centrado na importância da economia. Ela dá um salto para além dessa esfera econômica e em direção a uma teoria social, a qual explica que a economia é importante para a estruturação da sociedade, mas que essa é determinada também pela relação de outras esferas junto ao campo econômico. A economia social não é uma esfera independente das outras, pois ela mantém relações com outras esferas como meio de garantir sua permanência enquanto economia capitalista. Ela passa a criticar o capitalismo mostrando essa esfera da economia que mantém relação por vezes contraditórias com os seus pano-de-fundo sociais.

A economia capitalista tende a minar as suas próprias condições de possibilidades reprodutivas, políticas e naturais, porque ela tende a uma forma de existência destrutiva. São construídas uma série de instituições e organizações elaboradas para manter esse *modus operandi* do capitalismo. Ela tende a dificultar a própria reprodução dos trabalhadores, tanto os empregados quanto os desempregados, como, por exemplo, por meio das condições subumanas que se encontram grande parte da população global. A escassez econômica sempre acarreta demissões em massa e precarização, e as mulheres são as primeiras a

sentirem tal penalização. Sem contar outras situações como violência doméstica e feminicídio.

Do ponto de vista subjetivo, Fraser aponta que não há somente lutas emancipatórias do ponto de vista da luta de classes, mas outros tipos de lutas que são lutas de fronteiras. Lutas que são fronteiriças e não estão dentro do campo da economia, mas que se estabelecem na fronteira e emergem das esferas sociais das quais dependem a esfera econômica. São estas esferas a reprodução, a política democrática e a esfera do direito. Nancy Fraser vai elaborar, a partir de outros autores, ora convergindo, ora divergindo de suas ideias, um modo de propor que as lutas para corrigir as injustiças sofridas na sociedade se aproximem entre si, gerando um maior impacto para a transformação social.

Uma justiça que pense o plano material e simbólico

Em seu texto, *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça para uma era pós-socialista*², Nancy Fraser traz duas questões importantes sobre a injustiça social: o problema da distribuição de recursos que acarreta nos abismos de classes, onde de um lado há uma minoria que concentra muita riqueza e, por outro lado, uma grande maioria que sobrevive com a escassez de recursos. E o problema do reconhecimento de grupos que sofrem injustiças seja pela cor, etnia, gênero ou orientação sexual.

Dos debates recorrentes, Fraser dá atenção para a dicotomia entre os que buscam a justiça no plano simbólico. Esses são grupos que defendem o reconhecimento das múltiplas formas de existir socialmente, e que sofrem com as injustiças de gênero, orientação sexual ou raça. Nesse grupo, “o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (FRASER, 2006 p. 231). No entanto, a autora constata que a desigualdade material é uma realidade global, que permanece como grande problema de injustiça a ser enfrentado.

Fraser se depara com três questionamentos: como deve ser vista a questão de

² O texto utilizado é um excerto traduzido do texto *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. Se trata de um debate entre Nancy Fraser e Axel Honnet, publicado em 2003.

redistribuição? E como devem ser tratadas as injustiças advindas da diferença? A suplantação de uma luta de classes por uma luta no plano cultural tem a ver com o fim das esperanças depositadas na revolução socialista que degenerou junto a URSS? Ambos os lados não devem ser tratados isoladamente. Mesmo percebendo certa rejeição entre os grupos, Fraser aponta que essa dicotomia não serve para solucionar os problemas que eles enfrentam.

Para Fraser está claro que há uma tarefa intelectual importante a ser realizada: “a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade” (FRASER, 2006 p. 231). O que Fraser propõe, então, é pensar a justiça tanto como redistribuição quanto como reconhecimento.

Para realizar esse trabalho, ela primeiro examina a relação entre esses dois grupos, buscando compreendê-los não como coisas separadas, e sim como situações que emergem de um mesmo fato social. Isso se dá pela compreensão da injustiça e de qual seria o remédio para saná-la. Dentro desse exercício, Fraser assume uma visão genérica que não visa ancorar em uma determinada teoria para explicar a realidade.

A distinção analítica das injustiças de redistribuição e reconhecimento dão a Fraser pistas de como cada uma deve ser remediada. Mas, afinal, o que genericamente ela chama de injustiça de redistribuição e reconhecimento? Ela chama de injustiça de reconhecimento a injustiça econômica, cujos exemplos seriam: a exploração, a marginalização econômica e a privação. Já a injustiça do reconhecimento é a injustiça cultural, cito:

Aqui a injustiça se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Seus exemplos incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas

estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana). (FRASER, 2006, p. 232)

O remédio para cada tipo de injustiça são: para a injustiça cultural, Fraser apresenta o que seria uma transformação cultural e simbólica, e que incluiria, entre outras coisas, a valorização das identidades em sua diversidade cultural; para a injustiça econômica, seria partir de uma reestruturação político-econômica que teria uma nova distribuição de recursos de vida.

Posto isso, Fraser passa a se preocupar com a interferência mútua entre essas injustiças e seus respectivos remédios:

Lutas de reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar a atenção para a presumida especificidade de algum grupo – ou mesmo de criá-la performativamente – e, portanto, afirmar seu valor. Desse modo, elas tendem a promover a diferenciação do grupo. Lutas de redistribuição, em contraste, buscam com frequência abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo (um exemplo seriam as demandas feministas para abolir a divisão do trabalho segundo o gênero). Desse modo, elas tendem a promover a desdiferenciação do grupo. O resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios (FRASER, 2006, p. 233)

98

O problema gerado, que Fraser chama de redistribuição-reconhecimento, se dá pelo fato de ambos os remédios acabarem por criar tensões e até mesmo se repelirem. Mas e quando há pessoas que sofrem os dois tipos de injustiça e, conseqüentemente, necessitam de ambos os remédios? Ao longo do texto, a filósofa aborda tal problemática do ponto de vista de gênero, raça e sexualidade.

Aqui faremos o recorte a respeito do gênero que, segundo Fraser, “estrutura a divisão fundamental entre trabalho ‘produtivo’ remunerado e trabalho ‘reprodutivo’ e doméstico não-remunerado, atribuindo às mulheres a responsabilidade primordial por este último” (FRASER, 2006, p. 234). A opressão de gênero reverbera no mundo do trabalho, espaço onde a mulher tem sua remuneração menor do que os homens, que ocupam ainda maior espaço em funções e cargos mais elevados. “O resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente

marcados pelo gênero” (FRASER, 2006, p. 234).

A questão de gênero deve ser encarada tanto do ponto de vista da injustiça econômica quanto do ponto de vista do reconhecimento. Isso ocorre porque, historicamente, foi dada à figura masculina o privilégio e o poder. Ou seja, Fraser aponta o androcentrismo como causa da injustiça de gênero, bem como o sexismo cultural, o que acarreta em variadas opressões, como violência, abusos, assédios, desqualificação, objetificação, marginalização, inferiorização e negação de direitos igualitários, que são situações constantes na vida das mulheres. Esses e outros problemas são de injustiça de reconhecimento. Assim, são questões que não podem ser simplesmente sanadas pela via dos remédios da redistribuição.

Posta essa situação, Fraser se depara com o que ela chama de versão feminista do dilema redistribuição-reconhecimento. O desafio evidentemente é “como as feministas podem lutar ao mesmo tempo para abolir a diferenciação de gênero e para valorizar a especificidade de gênero?” (FRASER, 2006, p. 235). As injustiças de raça e de sexualidade são análogas aos problemas de gênero no que toca a sua bivalência e os seus dilemas, e deve-se dar atenção para as duas dimensões. No caso de gênero, “as feministas devem buscar remédios que dissolvam a diferenciação de gênero, enquanto buscam também remédios culturais que valorizem a especificidade de uma coletividade desprezada” (FRASER, 2006, p. 235).

Sobre a busca por extinguir as injustiças de distribuição e reconhecimento, Fraser analisa as formas como isso seria possível, na tentativa de corrigir a injustiça presente nas duas esferas, simbólica e material. Fraser chama de afirmação e transformação:

Por remédios afirmativos para a injustiça, entendo os remédios voltados para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra. Por remédios transformativos, em contraste, entendo os remédios voltados para corrigir efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente” (FRASER, 2006, p. 236).

Os remédios afirmativos de reconhecimento buscam revalorizar os grupos socialmente desvalorizados enfatizando suas singularidades e deixando intactos os

seus conteúdos de identidades e as diferenciações enquanto grupos. Já os remédios transformativos para as injustiças culturais, ao contrário, tentam desestabilizar as identidades em suas diferenciações embaralhando-as.

Para a injustiça econômica, os remédios afirmativos, segundo Fraser, são historicamente associados ao Estado de bem-estar social e buscam sanar essas injustiças de distribuição sem, no entanto, mexer na estrutura econômica. Os remédios transformativos, por sua vez, são historicamente associados ao socialismo, aponta Fraser. Para resolver as injustiças de distribuição seria necessário transformar a estrutura econômico-política.

Diante de toda essa abordagem onde Fraser trabalha “os casos típicos - ideais ‘puros’ nas duas extremidades do espectro conceitual” (FRASER, 2006, p. 239). Como conclusão, ela assume que os remédios transformativos para a injustiça econômica tendem também a promover reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento.

Ao amadurecer suas ideias, Nancy Fraser busca dialogar diretamente com a segunda onda do feminismo, que ela intitula de “feminismo de um problema só”. Ela chama a atenção para o fato de todos os movimentos, e em específico o movimento feminista, terem um inimigo em comum com toda a sociedade, que é o capitalismo. Nesse sentido, é impossível realizar um combate de forma isolada, como ela aponta nesse feminismo da segunda onda, sendo necessária uma luta social mais ampla.

Conclusão

Nancy Fraser é uma filósofa feminista contemporânea que vem deixando uma grande contribuição para se pensar as questões sociais de forma ampla e assertiva. Nesta primeira aproximação com seu pensamento, pudemos ver o quanto é necessário avançar no combate das injustiças sociais. Para isso, é salutar resgatar as lutas históricas naquilo que conquistaram como mais avançado nesse processo, quer sejam lutas no campo cultural, quer sejam lutas de classe.

Está evidente que, para Fraser, o caminho da transformação da sociedade é muito mais complexo pelas exigências interseccionais que existem da realidade diversa, sem, no entanto, perder o foco da grande problemática que se apresenta

na ordem econômica capitalista, sistema que não possui nada a oferecer de progresso verdadeiramente humano. Contudo, Fraser percebe que o movimento de mudança deve partir de dentro, unindo as forças que emergem das lutas por redistribuição e reconhecimento, como foi apresentado acima.

O feminismo, assim como outros movimentos de minoria, traz certa nitidez das vivências sociais que ficam, por vezes, “abafadas” diante dos desafios postos no sistema capitalista. Quando não mencionadas, não evidenciadas, acabam sendo despercebidas no cotidiano comum. Ao fazê-las emergir, escancarando seus detalhes, Fraser, assim como muitos pensadores e pensadoras de sua geração, põe à prova a humanidade.

Marx é um marco, um divisor de águas a respeito de sua descoberta sobre o valor da mercadoria, e sua análise crítica diante de um capitalismo nascente. Pode-se dizer que, na atualidade, o capitalismo avançou contornando suas crises, se tornando hoje uma versão do capitalismo financeiro. Nas múltiplas facetas desse sistema, a filósofa feminista critica a posição da geração dos anos de 1980 da teoria crítica, apontando certo abandono por parte dos teóricos em tentar compreender o capitalismo e as problemáticas político-sociais que resultam desse avanço do sistema econômico.

Como aponta Yara Frateschi³, Fraser entende que no capitalismo contemporâneo, ou seja, neoliberal, não há como lutar contra a injustiça só do ponto de vista da redistribuição, ou somente pelo reconhecimento. Há que pensar o combate conciliando ambas as demandas que surgem nesse atual contexto. Isso tem sido amadurecido em sua teoria ao se empenhar na tarefa teórico crítica de compreender a sociedade e suas atuais tendências de crise.

Se, por um lado, Fraser supera o paradigma economicista mais ortodoxo, que é analisar as injustiças sociais somente pelo viés da luta de classes, questionamento que acompanha o percurso teórico de Fraser, por outro lado, as questões do plano simbólico não podem ocupar único espaço de luta por excelência. O que leva a uma crítica ao movimento feminista também. Sua crítica ao feminismo, sobretudo

³FRATESCHI, Yara. Introdução a Nancy Fraser. In: Curso de introdução ao pensamento crítico hoje, TV Boitempo. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3AHWdYqeTul&t=4923s>>.

partindo da segunda onda, que foi, como ela demonstra, cooptada pelo neoliberalismo. Fraser se empenha no trabalho de desmiuçar o desenvolvimento das frentes feministas da segunda onda, revelando os pontos altos do movimento diante das problemáticas vigentes.

Em publicações como *Feminismo para os 99% um manifesto*, escrita com Cinzia Arruza e Tithi Bhattachari, e *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, entre outros textos, ela dialoga com o feminismo na segunda onda. Ela chama esse feminismo de “feminismo de um problema só”, chamando a atenção para o fato de todos os movimentos, em específico o movimento feminista, terem um inimigo em comum com toda a sociedade, que é o capitalismo. Nesse sentido é impossível realizar um combate de forma isolada, sendo necessária uma luta social cada vez mais ampla, mais lúcida dos mecanismos econômicos e seus entornos. As questões que a autora apresenta não se esgotam nesse texto, que é apenas uma impressão e convite para conhecer melhor o que Nancy Fraser, uma filósofa da atualidade, impele diante dos desafios da contemporaneidade. Certamente, suas contribuições têm muito a nos elucidar.

102

Referências

ASSIS, Mariana Prandini; RODRIGUES, Cristiano; ANDRADE, Darlene Silva Vieira. Teoria Crítica Feminista em Tempos de Capitalismo Financeirizado. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e66381, 2020.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça para uma era pós-socialista. Trad. Julio Assis Simões. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009 .

FRASER, Nancy et. al. Feminismo para os 99% um manifesto. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRASER, Nancy. Feminismo e anticapitalismo. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kyqAW3iuCRM&t=3s>>. Acesso em 20 out 2022.

FRATESCHI, Yara. Introdução a Nancy Fraser. Disponível em ,<<https://www.youtube.com/watch?v=3AHWdYqeTul&t=4329s>> Acesso em 26 out 2022

LÖWY, Michael. Um Marx insólito. In: Sobre o Suicídio. Tad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo : Boitempo, 2006.

LUKÁCS, György. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: Cultura, arte e literatura textos escolhidos. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MARX, Karl. Os Economistas: o capital capítulo XIII maquinaria e grande indústria. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Ed. Nova Cultural Ltda. São Paulo: 1996. p. 07-133.

Submissão: 23. 05. 2023 / Aceite: 14. 09. 2023